

Uma Geografia marginal e sua atualidade: *A linhagem libertária**

Marcelo Lopes de Souza**

Um esclarecimento conceitual, à guisa de introdução: quem são os “libertários”?

É muito comum entender “libertário” como sinônimo de “anarquista”. Histórica e etimologicamente, trata-se de uma interpretação justificável; afinal, “anarquista” e “libertário” têm andado de mãos dadas desde o século XIX. É costume os franceses atribuírem a cunhagem da palavra “*libertaire*” ao anarquista Joseph Déjacque, em um panfleto datado de 1857. Pode-se afirmar, com segurança, que, desde meados do século XIX, e começando pela França, “libertário” é um adjetivo que esteve, principalmente nas línguas neolatinas, vinculado ao movimento anarquista.

Porém, hoje em dia, essa tradição de tomar como equivalentes “libertário” e “anarquista” deve ser vista como excessivamente restritiva. Entendidos de maneira ampla e generosa, o pensamento e as práticas políticas dos libertários constituem e sempre constituíram, por assim dizer, uma “família” relativamente heterogênea de correntes e subcorrentes. Como em toda família, também aí houve e há divergências e até mesmo rugas. Há, não obstante, um forte elemento comum: *uma postura simultaneamente anticapitalista e de oposição ao marxismo-leninismo, por conta dos elementos autoritários e conservadores deste.*

A “família” libertária compreende, sobretudo, o *anarquismo clássico* e suas vertentes específicas (o “mutualismo” inspirado em Proudhon, a intuição e o exemplo de Bakunin, o “comunismo libertário” de Kropotkin, o anarcossindicalismo etc.), os *neoanarquistas* (que, como Murray Bookchin, buscaram e vêm buscando, desde a segunda metade do século passado, renovar a tradição) e o *pensamento autonomista* (explicitamente crítico do anarquismo clássico em alguns pontos; trata-se de uma vertente que teve como principal formulador, no terreno da Filosofia Política, o pensador greco-francês Cornelius Castoriadis). Entendido em sentido amplo e não sectário, portanto, o pensamento libertário compreende uma multiplicidade de correntes e perspectivas, do anarquismo clássico ao autonomismo.

* Texto apresentado durante o **Primeiro Colóquio Território Autônomo** (UFRJ, 26 e 27 de outubro de 2010), tratando-se da fala de abertura do referido evento.

** Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde coordena o Núcleo de Pesquisas sobre Desenvolvimento Sócio-Espacial (NuPeD); pesquisador do CNPq. E-mail: mlopesdesouza@terra.com.br

Além do mais, é essencial registrar que a renovação e a atualização do pensamento libertário, nas últimas décadas, não é algo que tenha sido feito apenas por pensadores europeus ou estadunidenses. Inspirados por alguns dos movimentos sociais mais importantes dos últimos anos e das últimas décadas – zapatistas, *piqueteros* etc. –, intelectuais e ativistas latino-americanos, do *Subcomandante Insurgente* Marcos a Raúl Zibechi, têm oferecido contribuições relevantes para se pensar o valor de certas ideias – como *autonomía*/autonomia – e, inclusive, também a importância da dimensão espacial dos processos de transformação social.

Sem querer, portanto, de modo algum negar ou subestimar a importância histórica do anarquismo clássico, notadamente em sua matriz européia, para a constituição do pensamento libertário, forçoso se faz reconhecer que, atualmente, por conta da crise do marxismo e, ao mesmo tempo, do agravamento das contradições do capitalismo (“lado escuro” da globalização capitalista, crises e [hiper]precarização, militarização da sociedade e do espaço, “novas guerras”...), o pensamento e as práticas anti-heterônomos teimam em renascer em vários lugares, sob diversas formas, mas tendo em comum certos modos e dinâmicas organizacionais (horizontalidade, princípios autogestionários) e valores antiestatistas/antiestadocêntricos.

Crise no pensamento crítico como um todo... ou crise no pensamento *marxista*?

Os marxistas têm, insistentemente, buscado entender (e fazer todos entenderem) a história do movimento operário como se ela tivesse sido a história do marxismo, e como se a história do pensamento crítico tivesse sido a história do pensamento marxista. Sobre o quanto de erro e impostura reside nessa pretensão, Cornelius Castoriadis já discorreu à saciedade (ver, especialmente, CASTORIADIS, 1985). O fato, de todo modo, é que, com base nessa pretensão, a presente crise do pensamento marxista – que já se arrasta há algumas décadas – é, pelos marxistas remanescentes, apresentada como uma crise do pensamento crítico *em si*.

É evidente que existem muitos problemas em nossa “era do conformismo generalizado” – o que, aliás, em larga medida justifica esta expressão e a análise subjacente de Castoriadis (CASTORIADIS, 1990). Não obstante, também há vários novos movimentos emancipatórios importantes e um número não de todo desprezível de pensadores críticos radicais. Em grande parte, é uma questão de para onde se olha. De fato, se, eurocentricamente, limitarmos o nosso “horizonte geográfico” à Europa e aos EUA, em grande parte será preciso admitir que a época atual não é farta em matéria de movimentos sociais emancipatórios, se bem que, mesmo lá, várias coisas relevantes continuam acontecendo, às vezes debaixo da superfície (será que filtros ideológicos e teóricos não estão dificultando que as novas formas de resistência e insurgência sejam adequadamente reconhecidas e aquilatadas?)

É, todavia, ao considerar a América Latina que mais se faz necessário relativizar um pouco (sem duvidar de sua validade geral) a suprarreferida tese acerca do conformismo – o qual, ainda que “generalizado”, não é, por isso, *absoluto* (SOUZA, 2006). Certamente, algo parece tender a escapar, ao menos em grande parte, mesmo a alguns importantes intelectuais. E escapa tanto mais quanto se leva em conta que o que merece atenção particular são aqueles movimentos sociais que pouco ou nada têm a ver com a “classe operária” em um sentido marxista convencional (trabalhadores, notadamente aqueles empregados na indústria, que realizam, como assalariados, um “trabalho produtivo”, e dos quais se extrai a mais-valia) ou com as suas organizações de classe mais tradicionais (os sindicatos – mas também, de um ponto de vista leninista, os partidos de tipo bolchevique): movimentos animados por trabalhadores informais, “hiperprecários”, tradicional e pejorativamente chamados de “lumpemproletários” pelos marxistas (SOUZA, 2008 e 2009), ou mesmo desempregados crônicos, como os *piqueteros* argentinos, os sem-terra brasileiros; ou, então, camponeses e/ou indígenas (e não seja esquecido o usual menoscabo votado pelo pensamento marxiano e marxista ao campesinato, a despeito de certas concessões tardias de Marx e dos malabarismos de certos teóricos e estrategistas), dos sem-terra brasileiros aos zapatistas mexicanos. Há, nesses novos movimentos emancipatórios latino-americanos, uma nova *práxis* e toda uma *nova valorização de práticas espaciais insurgentes*. A despeito da presença de alguns nítidos elementos discursivos e organizacionais marxistas nas organizações de alguns desses movimentos (por exemplo, caso do MST no que se refere aos sem-terra), o que mostra que vários deles são, no fundo, um tanto híbridos, isso não elimina o fato de que há esforços conscientes, em não poucos casos, para se superar o autoritarismo e a “verticalidade” (ou seja, o leninismo e mesmo o marxismo, em um sentido profundo).

Novos movimentos sociais têm emergido desde os anos 90, e a crise do marxismo tem levado a uma situação embaraçosa: ou os marxistas se isolam a si mesmos (por exemplo, criticando e rejeitando tudo o que não se adequar aos seus padrões) ou eles tentam adaptar-se à nova situação – às vezes adotando um discurso burguês (e, com isso, tornando cada vez mais reformistas e cada vez mais distantes de Marx), às vezes adotando elementos do repertório libertário (como Henri Lefebvre e outros já haviam tentado nos anos 60, a propósito da ideia de *autogestão* – muito embora Lefebvre tivesse minimizado enormemente o papel do pensamento propriamente libertário e tivesse preferido dialogar com a experiência iugoslava, aliás em termos menos críticos do que se seria de se supor para um intelectual tão heterodoxo quanto ele¹). É compreensível. Eles tentam sobreviver, na academia e no mundo da militância. Jamais admitirão, mas estão desesperados. (É suficiente ler o importante e admiravelmente bem escrito livro que é *The End of Utopia*, de Russell JACOBY (2000), para compreender a profunda melancolia que governa os corações e mentes marxistas, muito especialmente no Hemisfério Norte; na América Latina, uma

¹ Heterodoxo em matéria de teoria, sim, mas que só se afastou do cripto-stalinista Partido Comunista Francês muito tardiamente (e compulsoriamente), após ser suspenso do PCF em 1958 (Lefebvre nasceu, recorde-se, em 1901)...

base social bem diferente ainda provê alimento para umas tantas ilusões e umas tantas deformações, muito embora também seja, esse continente, o palco dos melhores contraexemplos e desafios lançados ao pensamento e às práticas marxistas.) Recentemente criaram, até mesmo, um oxímoro: “marxismo autônomo” (“*autonomous marxism*”), designando com isso os enfoques cultivados por autores como John Holloway e Toni Negri.

Enfim: um diálogo construtivo com o marxismo heterodoxo e não-leninista remanescente é intelectual e politicamente necessário. Não obstante, as particularidades libertárias necessitam ser sublinhadas.

A Geografia crítica (ou, na prática, *marxista*) e a marginalização do pensamento libertário

A “virada radical” (“*radical turn*”) experimentada pela Geografia nos anos 70, inicialmente nos Estados Unidos (marcos importantes são a fundação da revista *Antipode*, em 1969, e a publicação de *Social Justice and the City*, de David Harvey, em 1973 [HARVEY, 1973]) e na França (onde o marco mais relevante foi o aparecimento de *La géographie, ça sert, d’abord, à faire la guerre*, de Yves Lacoste, em 1976 [LACOSTE, 1988]), foi, a rigor, uma virada *marxista*. Muitíssimo pouca atenção foi devotada, durante essas quatro décadas desde a eclosão da onda de “renovação crítica” da Geografia, ao pensamento libertário.

Nos anos 70. no que diz respeito ao mundo anglófono, tirando um número de *Antipode* (em 1974) com um texto escrito pelo geógrafo marxista Richard Peet (no qual se prestava tributo ao geógrafo e anarquista Piotr Kropotkin) e um texto de uma jovem geógrafa, Myrna M. Breitbart (sobre anarquismo), a outra única grande e notável exceção é representada por um outro número da mesma revista (do ano de 1978), editado pela mesma Myrna M. Breitbart, número esse contendo vários textos escritos por anarquistas (por exemplo, o clássico texto “O que a Geografia deve ser”, de Kropotkin) e sobre os anarquistas e a *práxis* anarquista. Apesar disso, *Antipode* permaneceu sendo um periódico predominantemente (na verdade, quase exclusivamente) marxista, e assim também foi (ou, em geral, foi ainda muito pior) com as demais revistas críticas das décadas de 70 e 80, nas quais o pensamento libertário, fosse ele anarquista clássico, neoanarquista ou autonomista, assumia o espaço de uma exótica nota de rodapé – isso na melhor das hipóteses, uma vez que ele estava virtualmente ausente quase todo o tempo. Via de regra, nem mesmo se polemizava com ele.

Na França, Yves Lacoste (um geógrafo influenciado pelo marxismo) e B. Giblin (aparentemente mais simpática de maneira orgânica às posições libertárias, mas é difícil decidir até que ponto poderia ser tida como uma intelectual libertária em sentido forte) dedicaram vários trabalhos à vida e à obra de Élisée Reclus, principalmente Giblin (vide GIBLIN, 1976, 1981a, 1981b, 1982; LACOSTE, 1981). Todavia, aqui nos defrontamos, exemplarmente (mas o mesmo pode ser dito, por

exemplo, da atenção dispensada por Richard Peet ao assunto), com um outro problema: em praticamente todos os casos em que marxistas (ou, em todo o caso, não-libertários) deram atenção às ideias de libertários como Reclus e Kropotkin, o tratamento poderia ser descrito como “*museológico*”. Ou seja: há um tom de homenagem e de simpatia, ou mesmo de reverência, tratando os libertários do passado – aliás, as ideias libertárias são, invariavelmente, tratadas, implicitamente, na sua essência política, como pertencentes a um remoto passado... –, como quem se refere a um ancestral remoto que fez algumas coisas muito louváveis e se sacrificou por uma nobre causa. Porém, Marx e Engels eram discutidos pelos *radical geographers* tendo em mente a sua importância *contemporânea* (tanto intelectual/teórica quanto política/estratégica), como facilmente mostra a leitura de Harvey, Quaini e tantos outros; ao passo que Kropotkin e Reclus eram, mais ou menos implicitamente, vistos como ícones do passado – isto é, personagens para serem admirados (na medida em que eram os melhores exemplares de uma Geografia clássica antiburguesa²), mas não para serem levados muito a sério, nem teórica nem politicamente. Suas ideias eram, por isso, celebradas mais como “peças de museu” (ou como “corpos embalsamados” em um “mausoléu”) que como “armas” de um “arsenal”... Harvey, por exemplo, exumou o jovem Engels de *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* (em especial o do capítulo “As grandes cidades”) em sua discussão sobre a segregação residencial nas cidades estadunidenses de seu tempo, brilhantemente refletindo sobre a formação do gueto; em contraste, as magistrais páginas de Reclus sobre as grandes cidades, em boa medida disponíveis também em inglês (porque publicadas em inglês por seu autor, em um ensaio de 1895: “The evolution of cities”), permaneceram esquecidas, tanto na Geografia crítica de língua inglesa quanto, mesmo, na de língua francesa.

Muito sintomaticamente, em um texto recente sobre os problemas urbanos engendrados pelo capitalismo contemporâneo, em particular sob o efeito da presente “crise mais-que-financeira”, Neil Brenner, Peter Marcuse e Margit Mayer salientaram que “[e]qually important is the question of how this crisis has provoked or constrained alternative visions of urban life that point beyond capitalism as a structuring principle of political-economic and spatial organization” (BRENNER *et al.*, 2009, 176). Contudo, em que medida estamos interessados, no campo *soi-disant* crítico, em discutir alternativas simultaneamente ao capitalismo e ao “socialismo” burocrático? Aqueles autores nos convidam a dar atenção ao fato de que “both negative and positive lessons can also be drawn from the experience of cities under really existing socialism, in which top-down, centralized state planning replaced commodification as the structuring principle of socio-spatial organization” (BRENNER *et al.*, 2009:177). Entretanto, não fica inteiramente claro até que ponto os referidos autores – e muitos outros – estão politicamente preparados para tirar

² Não houve, entre os geógrafos clássicos marxistas, ninguém da estatura intelectual ou da notoriedade política de um Reclus ou de um Kropotkin. É de se perguntar: teriam sido estes reverenciados pelos marxistas do último quartel do século XX, caso tivessem tais geógrafos clássicos marxistas “emblemáticos” existido?...

algumas dolorosas lições do passado. Tais lições estão, frequentemente, relacionadas com problemas que, em parte, residem nas fundações mesmas do contexto político-filosófico (materialismo histórico, socialismo marxiano) que tem sido a variante largamente hegemônica da “teoria urbana crítica” desde os anos 70, e da “teoria crítica” em geral, há muitas décadas. Em que pesem todas as diferenças entre autores tão diversos como Henri Lefebvre, o Manuel Castells de *La question urbaine* e David Harvey, todos eles (assim como a maior parte dos outros *radical geographers*, sociólogos críticos, “urban political economists” etc.) partilharam e partilham algum tipo de marxismo (mais ou menos “heterodoxo”) como uma base praticamente autoevidente de pensamento radical.³

É em tudo e por tudo sintomático que, no já mencionado texto, Neil Brenner, Peter Marcuse e Margit Mayer tenham escrito, a propósito das contribuições de Henri Lefebvre sobre o tema da *autogestão*, o seguinte: “o próprio Lefebvre topou com um problema análogo nos anos 60 e 70, quando o conceito eurocomunista de *autogestion* (...) estava sendo apropriado indevidamente por vários interesses para legitimar novas formas de planejamento estatal burocrático” (BRENNER *et al.*, 2009: 180).

É fundamental registrar, antes de mais nada, a distorção que reside em caracterizar a autogestão como um “conceito eurocomunista”, quando, na verdade, se trata de uma tradicional ideia anarquista e autonomista, a qual foi, isso sim, deformada na antiga Iugoslávia do marechal Josip Broz Tito (*samoupravlje* sendo a palavra servo-croata para autogestão, tendo a palavra se popularizado desde então com base no francês *autogestion*), e a partir daí em certa medida e por algum tempo usurpada por alguns partidos comunistas na Europa. Quanto ao próprio Lefebvre, é preciso que se diga que, decerto, ele era (ou se tornou) um marxista heterodoxo em vários sentidos, o que é também exemplificado pelo fato de ele cultivar a *autogestion* como um conceito político crucial,⁴ ao mesmo tempo endereçando algumas críticas pertinentes ao risco de cooptação ideológica da ideia. *Não obstante isso*, ele, ao que tudo indica, não demonstrou interesse em pagar um tributo adequado ao complexo e

³ Em seu artigo “What is critical urban theory?” (BRENNER, 2009), Neil Brenner desenvolve um raciocínio coerente, uma vez que ele apresenta as raízes da “critical urban theory” (pensamento marxiano) de um modo bastante claro – e nesse contexto ele sublinha o fato de que pesquisadores urbanos críticos usualmente têm dado pouca atenção aos intelectuais que cunharam a própria expressão *kritische Theorie* (teoria crítica), ou seja, os pensadores da Escola de Frankfurt (vide pág. 204). Porém: Não seria uma questão de justiça reconhecer que o pensamento e a teoria críticos, em um sentido amplo, vão além da Escola de Frankfurt e do próprio marxismo? Como designariam marxistas contemporâneos intelectuais radicais e não-marxistas como Piotr Kropotkin, Cornelius Castoriadis, Murray Bookchin, Noam Chomsky e outros tantos se não como críticos?... Mais especificamente, no que concerne à teoria *urbana* crítica, é justificável simplesmente ignorar obras como os livros de Murray Bookchin sobre cidades e cidadania (BOOKCHIN, 1974 e 1992) ou o brilhante ensaio de Elisée Reclus “The evolution of cities” (RECLUS, 1895), para não mencionar as discussões sobre cidades e problemas urbanos contidas em *L’Homme et la Terre* (RECLUS, 1905-1908, Tomo V, Capítulo II), como tem sido geralmente o caso?

⁴ Vide, por exemplo, o ensaio publicado em 1966, no qual ele lida com os problemas teóricos da autogestão (LEFEBVRE, 2009), ou, o seu livro *L’irruption: de Nanterre au sommet*, escrito após os eventos de maio de 1968 e republicado trinta anos depois (LEFEBVRE, 1998).

radical debate sobre autogestão dos trabalhadores (ou *gestion ouvrière*) conduzido desde os anos 50 por membros do grupo *Socialisme ou Barbarie* na França – isso para não mencionar as antigas raízes anarquistas dessa concepção política.⁵ Também é um pouco desapontador que, conquanto ele tenha clamado por *autogestion généralisée* (e simultaneamente criticado “l’expérience de la planification autoritaire et centralisée” do “socialismo” burocrático [LEFEBVRE, 1998:77]), e apesar de ele demonstrar reservas em relação à experiência iugoslava (às vezes de modo apenas implícito [LEFEBVRE, 2009:147-8]), ele, no entanto, insistiu em usar o termo *autogestion* para descrever aquela experiência. Ora: não era a Iugoslávia de Tito, afinal de contas, similar aos países pró-União Soviética do “socialismo” burocrático, a despeito de um pouco mais de centralização e um pouco mais de “participação”?

Então, como seria possível, para nós, como defendem Brenner, Marcuse e Mayer, “[to] promote alternative, radically democratic, socially just and sustainable forms of urbanism” (BRENNER *et al.*, 2009:177)?... Sobre quais fundamentos político-filosóficos e éticos isso iria se dar? A abordagem “liberal-reformista” (“liberal-reformist”) foi claramente descartada por Brenner, Marcuse and Mayer como insuficiente e ideológica. Entretanto, embora eles formalmente reconheçam que o ambiente radical/crítico não é homogêneo, parece que alguns aspectos cruciais dessa heterogeneidade foram superestimados.

Além do mais, o fato é que há, no marxismo, uma tradicional escassez de senso crítico relativamente às tecnologias e à *espacialidade* capitalistas (urbanização incluída). Os marxistas sempre tiveram dificuldades em se desvencilhar da pressuposição de Marx, de acordo com a qual o socialismo precisaria estar baseado nas forças produtivas materialmente adiantadas herdadas do capitalismo, a fim de se evitar a mera “socialização da miséria” (ou seja, como se as tecnologias herdadas do capitalismo fossem não somente neutras, mas verdadeiramente positivas em si mesmas). Na realidade, desse ponto de vista o socialismo basicamente consistiria em prover um novo contexto em matéria de relações de produção (e sociais em geral) para essas tecnologias – uma problemática premissa, a qual foi transformada em uma caricatura no âmbito do “socialismo burocrático”.⁶ Mesmo marxistas militantes (muito mais sofisticados que as suas contrapartes militantes, ainda que ao custo de se manterem amiúde demasiado distantes das lutas sociais reais) tiveram, usualmente, dificuldades em criticar as grandes cidades de um modo mais profundo, ainda que eles, evidentemente, tenham criticado os padrões e lógicas capitalistas explícitos de urbanização (da segregação sócio-espacial à mercantilização generalizada do espaço e à gentrificação). Esse problema é similar à sua posição relativamente ao aparelho de Estado: eles consideram criticamente o Estado *capitalista* (às vezes de uma forma rudimentar, como Lenin, às vezes de um modo sofisticado e interessante, como Poulantzas), mas quase sempre (com exceção de correntes muito minoritárias e quase

⁵ Lefebvre reduz a contribuição libertária a esse debate ao pensamento de Proudhon, o qual, como ele corretamente sublinha, não estava livre de ambiguidades e ambivalências (LEFEBVRE, 2009:142-3.)

⁶ Vide p.ex. CASTORIADIS (1985).

“exóticas”, como os “conselhistas” no estilo de Pannekoek) têm uma imensa dificuldade em criticar o aparelho de Estado *em si* e em se despedir da ideia de um “Estado socialista” como um momento transicional entre o capitalismo e o “comunismo”. Não é de admirar, portanto, que o marxismo, na melhor das hipóteses, tenham sempre tido dificuldades em valorizar a autogestão e, mais amplamente, as formas “horizontais” de organização.

É nesta altura que se deve ressaltar a importância de se voltar a atenção para o legado do pensamento e da *práxis* libertários, inclusive ou particularmente no que se refere à sua “geograficidade”.

Para começar, Reclus e Kropotkin precisam ser tratados como muito mais que meras “peças de museu” (ou de um “mausoléu do pensamento crítico”)! Não se trata, seguramente, de “ressuscitá-los” ou de reverenciá-los acriticamente, como se autores do século XIX pudessem nos fornecer, diretamente, todas as respostas para os problemas contemporâneos. É indubitável, por exemplo, que ambos, como homens intelectualmente formados no século XIX (ainda que Reclus tivesse morrido em 1905 e Kropotkin somente em 1921), incorporaram muitas convicções que, hoje em dia, e já há bastante tempo, são amplamente questionadas pelo pensamento crítico, como a crença teleológica no “progresso” da humanidade ou na superioridade irrestrita da ciência moderna. No entanto, a ignorância com relação a alguns dos aspectos mais interessantes de seu pensamento (e o desinteresse dos marxistas, ontem como hoje, em recuperá-los adequadamente, levando isso às últimas conseqüências, para alimentar uma *práxis*) é algo lastimável, e que teve conseqüências negativas, tanto intelectuais quanto práticas.

E não se trata apenas de Reclus e Kropotkin. Murray Bookchin, o grande libertário estadunidense da segunda metade do século XX, quase não foi lido, muito menos discutido...

A linhagem libertária e a “geograficidade” (1): de Reclus e Kropotkin a Bookchin

No atual contexto, à diferença dos anos 70 e 80, autores libertários têm sido (re)descobertos; não mais (ou não necessariamente) “museologicamente”, como “achados arqueológicos” destinados a alguma exposição em algum cantinho do “museu do pensamento crítico”, mas sim como “*armas*”, cuja letalidade, mesmo no caso de autores do século XIX e início do século XX como Reclus e Kropotkin, ainda não se perdeu por completo.

Élisée Reclus (1830-1905), amplamente reconhecido como um influente pensador e ativista anarquista (ainda que não tão influente no domínio do anarquismo clássico como, digamos, Proudhon, Bakunin or Kropotkin), foi, por um longo tempo, desprezado por geógrafos acadêmicos por causa de suas ideias políticas e de seu engajamento. Ele foi mantido a uma distância segura por parte das universidades francesas durante a sua vida inteira, e seu nome foi ou completamente ignorado ou

tratado mais ou menos como um tabu no contexto da Geografia acadêmica durante a maior parte do século XX.⁷ É bem verdade que ele tem sido “reabilitado” e mesmo elogiado em ambientes acadêmicos desde os anos 70 (mais precisamente, desde a “virada radical” da Geografia), especialmente na França. Pelo menos, o nada negligenciável número de livros e artigos dedicados a ele dão essa impressão. Mas a realidade é um pouco diferente sob a superfície.

À primeira vista, a situação mudou dramaticamente desde a supramencionada “virada radical”. No entanto, ela foi, basicamente, conforme já visto, uma “virada *marxista*”; e, em contraste com Marx e Engels, cujas ideias foram não somente “descobertas”, mas também intensa e extensivamente *usadas*, Reclus (e Kropotkin) tem sido mais ou menos tratado como um herói intelectual do passado, mas suas ideias têm sido raramente exploradas – como se as suas contribuições devessem ser tratadas como um “museu”, e não como um “arsenal”...

No que concerne a colegas de Reclus tais como Paul Vidal de la Blache, é claro que eles trataram suas ideias com menoscabo; principalmente por causa de sua radicalidade política, mas também por outras razões (similarmente elitistas e conservadoras): 1) Reclus jamais obteve um diploma acadêmico, conquanto tenha frequentado aulas com Karl Ritter em Berlim; 2) além disso, ele deliberadamente preferia escrever para uma ampla audiência, em vez de escrever apenas para especialistas – e precisamente suas obras, escritas em uma prosa magnífica e não raro apaixonada, voltada para sobretudo para cativar, informar e instruir os leigos (se bem que vários de seus trabalhos possuíam uma densidade, uma profundidade e uma originalidade tais que, indubitavelmente, podiam e podem ser lidos também por especialistas), o tornaram suspeito, aos olhos de muitos *scholars*, de não ser “científico” (ou “profundo”, “respeitável” etc.) o suficiente. (Curiosamente, parece que mesmo entre acadêmicos de esquerda ainda há um certo desdém para com Reclus, pela mesma razão...) Creio que a profundidade e a originalidade das contribuições de Reclus – particularmente evidentes no caso *L’Homme et la Terre* (RECLUS, 1905-1908, assim como no caso de alguns ensaios – continua a ser subestimada, em parte “escondida” pelo estilo de “divulgação científica” da maior parte de sua titânica obra, e parcialmente porque alguns de seus altamente interessantes e profundos *insights* teóricos (ou potencialmente úteis para finalidades de teorização) se acham ilhados em meio a um imenso oceano de detalhes empíricos (às vezes, talvez, “excessivos”, ao menos para o gosto de nossa época), o que acarreta a desvantagem de desviar a nossa atenção dos *insights* teóricos e de suas implicações.

Em todo o caso, enquanto as reflexões de Reclus sobre as relações sociedade/natureza têm sido frequentemente citadas e mesmo elogiadas (mas mesmo então não necessariamente tornadas mais diretamente úteis e recontextualizadas para propósitos teóricos e prático-políticos contemporâneos), suas contribuições para a análise de problemas urbanos e da urbanização quase nunca têm sido mencionadas, sendo, geralmente, ou ignoradas ou, pelo menos, claramente subestimadas. Esse

⁷ Vide SARRAZIN, 1985; FLEMING, 1988; CHARDAK, 1997.

problema se relaciona, em parte, com o inegável fato de que uma grande parcela de suas contribuições nesse domínio foram realizadas quando ele já se encontrava em uma idade avançada, estando inseridas em sua titânica obra póstuma *L'Homme et la Terre* (especialmente no Tomo V, Capítulo II), a qual lida com muitos assuntos diferentes ao mesmo tempo e contém uma colossal quantidade de detalhes empíricos sobre povos, países, pormenores físico-geográficos etc. Ademais, tendo sido essa obra originalmente publicada em francês, isso fez com que os geógrafos e sociólogos urbanos anglo-saxônicos que iniciaram sua trajetória no ambiente crítico que despontava no finalzinho dos anos 60 e início dos anos 70 tivessem tido pouquíssimo acesso a ela, já pela barreira da língua (como é proverbialmente conhecido, os britânicos e estadunidenses são, geralmente, monoglotas, inclusive muitíssimos acadêmicos).

Entretanto, a barreira da língua não deixa de ser, no caso dos anglo-saxônicos, uma desculpa de validade muito relativa. Afinal, Reclus publicou, em 1895, um longo ensaio em inglês (“The evolution of cities” – que foi precisamente a base de sua contribuição ao assunto contida em *L'Homme et la Terre*), e é desapontador que os geógrafos anglo-saxônicos (e, tanto quanto eu saiba, também os franceses, para não falar dos demais) não tenham explorado esse relevante trabalho até o presente momento, da maneira devida. Esse ensaio contém já uma série de aspectos notáveis, os quais, considerados em conjunto, garantem para Reclus o lugar de mais destacado pioneiro de uma Geografia Urbana crítica.

Quanto a **Piotr Kropotkin** (1842-1921), seu papel como pensador anarquista foi bem mais destacado que o de Reclus, mas também o seu papel como geógrafo não deveria, em hipótese alguma, ser visto como menos importante que o de Reclus.

Campos, fábricas e oficinas (Fields, Factories and Workshops [KROPOTKIN, 2002b]) pode ser considerado como o mais denso de imaginação geográfica e raciocínio espacial entre os livros de Kropotkin, mas ele não esgota a “geograficidade” da obra do grande anarquista. Infelizmente, porém, muitos têm a ideia errônea de que o geógrafo Kropotkin tenha sido basicamente um geógrafo físico, como se tivesse havido um biombo opaco entre suas convicções e seu engajamento políticos, de um lado, e sua obra científica, de outro. Como se pode verificar por *Fields, Factories and Workshops* (e por várias passagens de *A conquista do pão [The Conquest of Bread: KROPOTKIN, 2002c]*), essa é, em grande parte, uma falsa impressão.

É inegável que Kropotkin ofereceu destacadas contribuições no campo da Geografia Física; e é incontestável, também, que a Geografia Física – melhor dizendo, o conhecimento do espaço natural – ocupa um lugar de honra em seu belo escrito programático *What Geography Ought to Be [O que a Geografia deve ser]* (KROPOTKIN, 2002a). É certo que, nesse trabalho científico-pedagógico, não é somente o conhecimento do espaço natural que é ressaltado; mas salta aos olhos a primazia concedida, em sua concepção da Geografia e de suas tarefas, tanto no âmbito da pesquisa quanto no do ensino, ao conhecimento da natureza, perante os dois outros objetivos da educação geográfica. Se, a partir dos anos 1970, a Geografia

Humana (em suas diferentes correntes: “crítica” ou “radical”, “humanística” etc.) tem geralmente buscado reconstruir e reposicionar a Geografia como um todo enquanto uma ciência *social*, na sua essência e em última análise (o que coincide com a intensificação da tendência de ramos da Geografia Física de se declararem disciplinas independentes no universo das ciências naturais, mormente a Geomorfologia), a Geografia de Kropotkin, assim como a de Reclus, era tacitamente concebida (como seria típico, aliás, da Geografia clássica em geral) como uma “ciência de síntese”, uma ciência do estudo da superfície da Terra e, como seu coroamento, das relações entre o “homem” e o “meio”. Mas não havia uma “divisão equitativa” em termos epistemológicos: debatendo-se com uma tensão epistemológica interna que, principalmente a partir das últimas décadas do século XX, passou a ser o tormento da corporação dos geógrafos, a Geografia de ambos os grandes libertários também era, em última instância (ou antes de tudo) e concomitantemente, concebida como uma ciência *natural*. Em que sentido? No sentido de que o seu fundamento seria o conhecimento do espaço na qualidade de natureza, a despeito de nem Kropotkin e nem Reclus perderem de vista o papel da humanidade e dos grupos e sociedades humanos particulares, seja científica, seja politicamente. Segundo Kropotkin, naquele escrito transbordante de sensibilidade pedagógica, dificilmente haveria outra disciplina que pudesse ser mais atraente para as crianças que a Geografia, ou também “tão poderosa como um instrumento para o desenvolvimento geral do intelecto [*and as powerful an instrument for the general development of the mind*], por familiarizar o estudioso com o verdadeiro método científico, e por despertar o gosto pela ciência natural [*natural science*] como um todo.”⁸ O homem teria, seguramente, um triplo papel estratégico nessa Geografia, tanto do ângulo didático quanto no que diz respeito à pesquisa e à conscientização política. Mas o primado do conhecimento da natureza é evidente, conquanto se tratasse de uma “natureza-para-a-sociedade”, e não de uma apreensão “laboratorial” desta.

Não há dúvida possível sobre o papel epistemologicamente preponderante da natureza na Geografia de Kropotkin. Mas, apesar disso, basta ler seus livros *The conquest of Bread* e, sobretudo, *Fields, Factories and Workshops*, para constatar que sua reflexão direta sobre a espacialidade social merece ser reconhecida como importante e fecunda. Em *The conquest of Bread*, é certo que a maior parte dos autores que ele menciona e com os quais ele polemiza são aqueles que se dedicaram à Economia Política (de Say a Marx, passando por Adam Smith, Ricardo e outros); sem embargo, suas reflexões são densas de “geograficidade”, como se pode ver pelas alusões não somente à apropriação e transformação da natureza pela sociedade, mas igualmente à realidade e às possibilidades de mudança nas relações cidade-campo e às perspectivas de melhoria tecnológica da agricultura em prol da liberação humana, entre outros assuntos. Quanto a *Fields, Factories and Workshops*, livro com formato

⁸ Não é possível, mediante a versão consultada (disponível na Internet nos *Anarchy Archives* – vide, na Bibliografia, a “Nota explicativa sobre as fontes”), indicar páginas ou reconstituir e informar a numeração do texto original, pois não foram indicadas as quebras de página e nem se trata de uma reprodução fac-similar.

um pouco mais “acadêmico” (em estilo um pouco mais técnico, e no qual são providas referências bibliográficas completas), ali se aprofunda uma temática parcialmente já dedilhada em *The conquest of Bread*, referente à desconcentração econômico-espacial e à descentralização territorial.

Murray Bookchin (1921-2006), de sua parte, foi, por décadas, muito provavelmente o principal inovador no contexto do anarquismo do século XX, e ele foi, de fato, um dos mais importantes pensadores libertários de todos os tempos. Além do mais, ele foi, ao lado de alguns intelectuais antiautoritários que estiveram próximos do pensamento libertário (tais como Michel Foucault, Gilles Deleuze e Félix Guattari), e depois dos geógrafos anarquistas Reclus e Kropotkin, o pensador libertário que mais claramente revelou sensibilidade espacial ou “imaginação geográfica”.

Sua primeira realização digna de nota consistiu em pôr a problemática ecológica que emergiu na segunda metade do último século decisivamente na agenda libertária – algo que ele fez ainda nos anos 50 e 60, no âmbito de uma abordagem por ele denominada “anarquismo pós-escassez” (“*post-scarcity anarchism*”), depois rebatizada como “ecologia social” (“*social ecology*”). De acordo com ele, “separar os problemas ecológicos dos problemas sociais (...) seria equivocar-se grosseiramente quanto às causas da crescente crise ambiental”; na verdade, “o modo como os seres humanos lidam uns com os outros é crucial para enfrentar a crise ecológica.” (BOOKCHIN, 2007:20)

Bookchin sempre se preocupou tanto com o contexto social mais amplo em que se propunha uma ação, um projeto ou uma estratégia quanto com a eficácia e a consistência política das propostas. Tendo criticado o marxismo por seu economicismo e fetichismo tecnológico, ele, não obstante, também criticou fortemente certas dos movimentos ambientalistas do século XX, tendo salientado por diversas vezes o contraste entre tais movimentos e a sua “ecologia social”.

A sensibilidade espacial de Bookchin se revelou, particularmente, em suas reflexões sobre os problemas urbanos e em sua contribuição para o desenvolvimento de estratégias de mudança sócio-espacial adaptadas às condições das grandes cidades contemporâneas. Comece-se com a sua análise do problema da “urbanização sem cidades” (“urbanization without cities”).

De acordo com Bookchin, a urbanização (urbanization) deveria ser tratada como sendo algo bem diferente do que ele chamou de “citificação” (“*citification*”). Para ele, a urbanização contemporânea deveria ser entendida como um processo produzido pelo capitalismo – um processo que, essencialmente, destruiria a beleza das cidades, seria antiecológico, solaparia a qualidade de vida dos cidadãos (devido aos problemas do gigantismo, daqueles envolvendo o tráfego e o transporte, da poluição ambiental etc.), e, *last but not least*, drenaria as energias cívicas (o que levaria ao enfraquecimento da cidadania, na esteira da atomização e da massificação). À diferença da urbanização, a “citificação” corresponderia a um processo de formação de verdadeiras cidades: lugares de intensa vida pública, não espaços de alienação e de conversão dos cidadãos em uma massa anônima de trabalhadores e

consumidores manipuláveis, politicamente acomodados e desinteressados de assuntos potencialmente relevantes do ponto de vista dos interesses coletivos. Segundo ele, a urbanização contemporânea nada teria a ver com a formação de cidades como lugares nos quais poderiam florescer o espírito criativo e a liberdade (BOOKCHIN, 1995:117). O uso que ele fez da palavra “cidade” soa peculiar e idiossincrático, mas faz sentido à luz da história, como ele repetidamente sublinhou, levando em conta a história urbana e destacando exemplos tão diversos como a antiga *pólis* grega, cidades européias da Idade Média e town da Nova Inglaterra nos séculos XVI e XVII.

E não somente as cidades – dada a sua condição de espaços potenciais, por excelência, para o cultivo do espírito, a prática da genuína democracia e a transmissão da cultura – estariam ameaçadas; considerando todos os profundamente antiecológicos aspectos da urbanização, esta afetaria negativamente também o campo, para muito além daquilo que os marxistas têm considerado, desde Marx e Engels, como sendo o aspecto positivo da urbanização capitalista desde os seus primórdios: a captura ou “colonização” do campo por (grandes) cidades, tanto econômica quanto política e culturalmente. Como ele eloquentemente sintetizou: “[t]he truth is that the city *and* the country are under siege today – a siege that threatens humanity’s very place in the natural environment.” (BOOKCHIN, 1992:3)

A segunda grande inovação de Bookchin – o “municipalismo libertário” (“*libertarian municipalism*”), mais tarde encarado por ele como parte do que ele chamou de o projeto “comunalista” (“*communalist*”) – foi desenvolvido em um período em que a sua atenção estava intensamente direcionada para os problemas urbanos e, também, para os desafios da organização libertária nas (grandes) cidades contemporâneas. A ideia geral por trás do “municipalismo libertário” corresponde a uma tentativa de explorar as possibilidades oferecidas pela luta institucional (compreendida amplamente, de um ângulo libertário, como a utilização de canais institucionais com o fito de influenciar políticas públicas, processos legislativos etc., sem, contudo, aderir ou filiar-se a partidos políticos ou buscar “tomar o poder” de Estado em sentido estrito) no mundo de hoje. Por um lado, Bookchin estava lucidamente atento à necessidade de utilizar e, tanto quanto possível, “reciclar” as espacialidades urbanas modernas com a finalidade de subverter o *status quo*. Sua sensibilidade espacial, frequentemente muito explícita, é notável, como demonstram diversas passagens (vide Bookchin, 2002).

Por outro lado, contudo, ele propôs uma abordagem da luta institucional que foi geralmente considerada por outros anarquistas como um abandono dos princípios anarquistas. Bookchin defendeu a “herética” ideia de que os anarquistas (ou “comunalistas”, como ele depois preferiu) poderiam tomar parte em eleições e apresentar candidatos a cargos municipais, com o propósito de criar uma espécie de dualidade de poder e facilitar a criação de circuitos políticos (e político-pedagógicos) e mesmo econômicos paralelos.

Sem dúvida, trata-se de uma proposta ousada e, seguramente, arriscada – basta ter em mente os riscos de “cooptação estrutural” envolvidos nesse tipo de

exposição de ativistas libertários ao cotidiano e às entranhas do aparelho de Estado. Sem embargo, é de justiça salientar que Bookchin certamente pensava em candidatos “independentes”, não vinculados a partidos (o que é possível nos EUA, mas não em muitos países, o que por si só já limite o enfoque); além disso, ele se referia, explicitamente, a eleições *locais*, escala em que seria menos difícil iniciar e a partir da qual seria possível propagar as experiências concernentes à referida dualidade de poder. Não se tratava, de modo algum, de alguma variante da concepção marxista-leninista de “tomada do Estado”.

Algumas das premissas de seu raciocínio podem ser consideradas como perfeitamente atuais e adequadas ao seu (nosso) tempo, uma vez que desafiavam alguns “(quase) dogmas” do anarquismo clássico de um modo bastante criativo – por exemplo, o uso simplístico dos conceitos de “poder” e “lei”, os quais, frequentemente, foram reduzidos ao Estado e às leis formais e heterônomas, respectivamente. Porém, talvez a abordagem bookchiniana da luta institucional deva ser tida como demasiadamente arriscada. E, apesar disso, anarquistas ortodoxos frequentemente falharam em reconhecer a importância das contribuições de Bookchin, assim como a pertinência de suas preocupações com a atualização do pensamento e da prática libertários. Algumas das críticas que foram a ele endereçadas podem ser consideradas fracas ou mesmo injustas. Seja lá como for, em vez de simplesmente sonhar com comunas rurais e ecovilas, desde os anos 70 ele buscou, sistematicamente, refletir como a organização libertarian poderia ser concretizada nas condições da vida urbana contemporânea (ao mesmo tempo em que deu atenção às relevantes experiências urbanas e radical-democráticas do passado, a exemplo da ateniense).

A linhagem libertária e a “geograficidade” (2): a contribuição do “Sul”

De anarquistas clássicos como Reclus e Kropotkin (ou Bakunin e Proudhon e Malatesta e vários outros) até um neoanarquista como Murray Bookchin e um autonomista como Cornelius Castoriadis – sem esquecer de autores próximos do pensamento libertário (autores representativos de um pensamento crítico não-autoritário, independentemente de poderem ou deverem ser classificados como libertários), como Foucault, Deleuze e Guattari... –, toda uma tradição (ou antes um conjunto heteróclito de tradições) que, alternativamente tanto ao pensamento burguês quanto ao marxismo, emergiu na Europa e nos EUA desde o século XIX e, com altos e baixos, se manteve viva, recusou-se a morrer e hoje se reapresenta com inusitado vigor, passa a ser valorizada. Contudo, não se trata, de modo algum, apenas de Europa e Estados Unidos. Se, no início do século XIX, Malatesta e, depois, Diego Abad de Santillán rumavam para a Argentina (ou para o Brasil), buscando refúgio e, ao mesmo tempo, tentando organizar a classe trabalhadora, levando os ideais anarquistas, há anos nitidamente se percebe que movimentos do “Sul” influenciam

movimentos e intelectuais do “Norte”, como zapatistas e *piqueteros* demonstram. E não é só uma questão de “práticas”, mas de práxis, devidamente refletida também ou sobretudo no próprio “Sul” – do *Subcomandante Insurgente* Marcos ao intelectual e jornalista uruguaio Raúl Zibechi.

Infelizmente, mesmo alguns brilhantes autores de esquerda podem, às vezes, superestimar a centralidade do seu próprio ponto de vista (não apenas política ou teoricamente e no plano individual, mas também em sentido mais amplo: *culturalmente/geograficamente*). Isso se deve, ao menos em parte, ao fato de que eles pensam que as coisas mais relevantes em matéria de dinâmica do capitalismo contemporâneo sempre vêm do “Norte” – de modo que poder-se-ia esperar que a “vanguarda” (a propósito, uma noção bem problemática!) em termos de contribuições intelectuais, particularmente de cunho teórico, sempre viria de lá... Por exemplo, em seu importante livro *The End of Utopia*, Russell Jacoby imperturbavelmente diz que “tirando alguns renitentes em capitais e *campi* desgarrados [*stray capitals and campuses*], os intelectuais se transformaram em liberais” (JACOBY, 2000:10). É mesmo? É assim tão simples?... Ter-se-iam tornado todos os intelectuais de esquerda nada mais que criaturas complacentes, vazias de qualquer radicalismo? Obviamente, é muito difícil negar que o nosso tempo é, largamente, uma “era de conformismo generalizado” (“*époque du conformisme généralisé*”, como se expressou Castoriadis em fins dos anos 80). Ao mesmo tempo, um *statement* como aquele feito Jacoby revela, de um ponto de vista latino-americano, uma ignorância um tanto irritante e arrogante no que concerne à vitalidade da resistência e do pensamento fora do eixo EUA-Europa. É evidente que a maior parte dos intelectuais que trabalham e, às vezes, cooperam com movimentos sociais naqueles tais “*stray capitals and campuses*” não publicam (regularmente) em inglês. Muito menos em francês e alemão. Entretanto, deveria a ignorância linguística (ou o etnocentrismo) dos pesquisadores e *scholars* baseados no “Norte” desempenhar um papel tão decisivo como parâmetro do seu julgamento de centralidade, criatividade e relevância política da vida política e intelectual? Katharine Rankin, em um artigo científico sobre o tema do “planejamento crítico”, está dizendo uma bem conhecida verdade quando afirma que “what occurs by way of progressive responses to financial crisis in Argentina or Bolivia may not seem to matter too much in the metropolitan centers of the global North” (RANKIN, 2009:222). Mas... o que dizer dos intelectuais do “Norte”? Talvez a assim chamada perspectiva “*post-colonial*” pudesse beneficiar-se um pouco das ideias desenvolvidas pelo *Subcomandante Insurgente* Marcos em suas provocantes falas realizadas durante um colóquio em San Cristóbal de las Casas (Chiapas) em dezembro de 2007 sob o título *Ni el Centro ni la Periferia* (MARCOS, 2009), nas quais as visões hegemônicas sobre centralidade são desafiadas.⁹

⁹ Em nome da precisão, é necessário sublinhar que sentimentos de superioridade etnocentricamente ou sociocentricamente condicionados não podem ser confinados à (simplística) oposição “Norte/Sul”. A herança cultural de colonização e colonialismo tem contaminado muita gente – predominantemente, mas não exclusivamente pertencente às classes médias e altas – ao longo de décadas e séculos, e combinações de nacionalismo ou regionalismo, elitismo e racismo podem ser,

Nós não deveríamos esquecer que, em muitos sentidos, a assim chamada “(semi)periferia” tem sido usada pelo grande capital e pelo imperialismo como uma espécie de “laboratório”, seja de uma maneira consciente ou inconsciente. Estratégias e táticas (assim como produtos farmacêuticos, novas armas, métodos de controle social e repressão etc.) são, frequentemente, testadas em países “(semi)periféricos” antes de serem usadas (de um jeito modificado) nos países “centrais”... A impressão digital foi desenvolvida pelos britânicos na Índia, técnicas de tortura usadas em anos recentes pelas Forças Armadas dos EUA foram desenvolvidas ou aprimoradas na América Latina dos anos 70 (sob a supervisão de quadros das Forças Armadas e da CIA ou não)... Esse tipo de “efeito de bumerangue” já havia sido mencionado por Michel Foucault nos anos 70, como recentemente lembrou Stephen Graham (GRAHAM, 2010).

É necessário ir além das usuais, atualmente largamente consensuais críticas contra o leninismo (e, claro, o stalinismo) em material de discussão de alternativas não-autoritárias, radicalmente democráticas de pensamento e *práxis*. Como já foi dito mais atrás, abordagens radical-democráticas e libertárias vêm, desde os anos 90, conhecendo uma espécie de “renascimento” – usualmente de um modo diferente ou modificado, quando comparadas com o anarquismo clássico –, tanto no mundo acadêmico quanto entre os movimentos sociais (ver, no que tange à América Latina, COLECTIVO SITUACIONES, 2002; DI MARCO *et al.*, 2003; SVAMPA e PEREYRA, 2004; REBÓN e SAAVEDRA, 2006; ZIBECCHI, 2003, 2007 e 2008). No que diz respeito às contribuições acadêmicas, um diálogo renovado entre sociólogos críticos, geógrafos etc., de um lado, e as ideias de pensadores como Murray Bookchin, Cornelius Castoriadis, Antonio Negri etc., de outro, tem sido empreendido. Da parte dos movimentos sociais, relevantes contribuições à ressurgência de um pensamento e de uma *práxis* radical-libertários têm sido feitas tanto no “Norte” (uma grande parcela do movimento por “uma outra globalização” ou antiglobalização capitalista, *Reclaim the Streets*, entre outros) quanto no “Sul” (zapatistas no México, uma boa parte dos *piqueteros* na Argentina, uma parcela do movimento dos sem-teto brasileiros – conquanto não dos *sem-terra*, cujas organizações são predominantemente estruturadas de acordo com padrões verticais, mais ou menos leninistas...).

(A propósito: *autogestión*, *autogestão* etc. tornou-se novamente um aspecto muito importante da *práxis* gerada por muitos movimentos sociais em muitos países em anos recentes, das *fábricas recuperadas* argentinas a uma parcela do movimento dos *sem-teto* no Brasil, passando pelo *social centres movement* no Reino Unido...)

Entre os contemporâneos, é válido destacar como Raúl Zibechi, que tem dialogado bastante com geógrafos, especialmente com geógrafos brasileiros, tem

frequentemente, encontradas em vários níveis escalares, do internacional ao local, entre países “periféricos” e mesmo no interior deles, frequentemente sob uma forma brutal. Evidentemente, nem o etnocentrismo nem o sociocentrismo foi inventado na Europa, mas nas formas em que podem, atualmente, ser observados nas ex-colônias, eles usualmente têm bastante a ver com o passado colonial e com a experiência do neocolonialismo.

chamado a atenção para a importância que tem o espaço, especialmente na qualidade de território, para as práticas e lutas dos movimentos sociais da atualidade, sobretudo na América Latina.

Definitivamente, o pensamento libertário, sempre mutável, é como a fênix: renasce sempre de suas cinzas, para incômodo daqueles comprometidos com a heteronomia capitalista ou com as pseudoalternativas “socialistas” burocráticas. E, cada vez mais, é de uma abordagem libertária do espaço que parecem emergir os caminhos mais promissores rumo a maiores justiça social e liberdade – vale dizer, rumo a um autêntico *desenvolvimento sócio-espacial*, pautado na autonomia como princípio de ação e horizonte crítico.

Bibliografia

BOOKCHIN, Murray (1992): *Urbanization without Cities. The Rise and the Decline of Citizenship*. Montreal e Cheektowaga: Black Rose Books.

----- (1995): *From Urbanization to Cities. Toward a new politics of Citizenship*. London: Cassel. [Trata-se de uma versão revisada de *Urbanization without Cities*.]

----- (2002 [1987]): *Libertarian municipalism: The New Municipal Agenda*.
Online (12/01/2002):
http://dwardmac.pitzer.edu/Anarchist_Archives/bookchin/libmuni.html
[Reprodução de excertos do livro *From Urbanization to Cities*, London, 1987.]

----- (2007): *Social Ecology and Communalism*. Oakland e Edinburgh: AK Press.

BRENNER, Neil (2009): “What is critical urban theory?”. *City* 13 (2-3), pp. 198-207.

BRENNER, Neil, MARCUSE, Peter and MAYERr, Margit (2009): “Cities for people, not for profit: Introduction”. *City* 13 (2-3), pp. 176-84.

CASTELLS, Manuel (1972): *La question urbaine*. Paris: François Maspero.

CASTORIADIS, Cornelius (1975): *L'institution imaginaire de la société*. Paris: Seuil

----- (1978): Technique. In: *Les carrefours du labyrinthe*. Paris: Seuil.

----- (1985 [1973]): A questão da história do movimento operário. In: *A experiência do movimento operário*. São Paulo: Brasiliense.

- (1990 [1989]): L'époque du conformisme généralisé. In : *Le monde morcelé* – Les carrefours du labyrinthe III. Paris, Seuil.
- CHARDAK, Henriette (1997): *Élisée Reclus, une vie: L'homme qui aimait la Terre*. Paris: Stock.
- COLECTIVO SITUACIONES (2002): *Apuntes para el nuevo protagonismo social*. Buenos Aires: Colectivo Situaciones e Ediciones de Mano a Mano.
- DI MARCO, G. et al. (2003): *Movimientos sociales en la Argentina. Asambleas: La politización de la sociedad civil*. Buenos Aires: Jorge Baudino Ediciones.
- FLEMING, Marie (1988): *The Geography of Freedom*. Black Rose: Montreal e Nova Iorque.
- GIBLIN, Béatrice (1976): Élisée Reclus: géographie, anarchisme. *Hérodote*, n.º 2, pp. 30-48.
- (1981a): Élisée Reclus, 1830-1905. *Hérodote*, n.º 22, pp. 6-13.
- (1981b): Élisée Reclus et les colonisations. *Hérodote*, n.º 22, pp. 56-79.
- (1982): [Introdução e comentários à seleção de passagens de] *L'Homme et la Terre*, de Élisée Reclus. Paris: François Maspero, 2 vols.
- GRAHAM, Stephen (2010). *Cities under Siege: The New Military Urbanism*. Londres: Verso.
- HARVEY, David (1973): *Social Justice and the City*. Londres: Edward Arnold.
- JACOBY, Russell (2000): *The End of Utopia: Politics and Culture in an Age of Apathy*. Nova Iorque: Basic Books.
- KROPOTKIN, Piotr (2002a [1885]): *What Geography Ought to Be. The Nineteenth Century*. v.18, pp. 940-56. Disponível na Internet em 12/01/2002: http://dwardmac.pitzer.edu/Anarchist_Archives/kropotkin/whatgeobe.html
- (2002b [1899]): *Fields, factories and workshops*. Disponível na Internet em 12/01/2002: http://dwardmac.pitzer.edu/Anarchist_Archives/kropotkin/fields.html
[Registre-se que uma versão em alemão, publicada em 1904 em Berlim por Verlag von S. Calvary sob o título *Landwirtschaft, Industrie und Handwerk*,

contendo um interessante prefácio e algumas úteis notas do tradutor Gustav Landauer, foi também consultada.]

----- (2002c [1906]): *The Conquest of Bread*. Nova Iorque e Londres: G.P. Putnam's Sons. Disponível na internet em 12/01/2002: http://dwardmac.pitzer.edu/Anarchist_Archives/kropotkin/conquest/toc.html

LACOSTE, Yves (1981): Géographicité et géopolitique: Élisée Reclus. *Hérodote*, n.º 22, pp. 14-55.

----- (1988 [1976]): *A Geografia – Isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*. São Paulo: Papirus.

LEFEBVRE, Henri (1998 [1968]): *L'irruption: de Nanterre au sommet*. Paris: Syllepse.

----- (2009 [1966]): “Theoretical problems of *autogestion*”, in H. Lefebvre *State, Space, World*. (Edited by N. Brenner and S. Elden). Minneapolis: University of Minnesota Press, pp. 138-152.

MARCOS [*Subcomandante Insurgente*] (2009 [2007]) *Ni el centro ni la periferia*. http://redlatinasinfronteras.wordpress.com/2008/01/29/mex_zap-textos-presentados-por-el-sci-marcos-enlaces.

MAYER, Margit (2009): “The ‘Right to the City’ in the context of shifting mottos of urban social movements”. *City* 13 (2-3), pp. 362-74.

PELLETIER, Philippe (2010 [2005]): “A cidade e a Geografia Urbana em Élisée Reclus e sua época.” [Artigo utilizado como texto introdutório à coletânea *Renovação de uma cidade/Repartição dos homens*, com textos de Élisée Reclus, organizada por Plínio Augusto Coelho.] São Paulo: Editora Imaginário e Expressão & Arte.

RANKIN, K. N. (2009): “Critical development studies and the praxis of planning”. *City* 13 (2-3), pp. 219-29.

REBÓN, J. e SAAVEDRA, I. (2006): *Empresas recuperadas: La autogestión de los trabajadores*. Buenos Aires: Capital Intelectual.

RECLUS, Élisée (1895): The evolution of cities. *The Contemporary Review*, 67(2), pp. 246-64. Online (reprodução facsimilar): Librairie Nationale Française, <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k660448.r=reclus.langPT>.

- (1905-1908): *L'Homme et la Terre*. Paris: Librairie Universelle, 6 vols. Online (reprodução facsimilar): Librairie Nationale Française, <http://gallica.bnf.fr> [o endereço específico varia de acordo com o volume].
- SARRAZIN, Hélène (1985): *Élisée Reclus ou la passion du monde*. Paris: La Découverte.
- SOUZA, Marcelo Lopes de (2006): “*Together with the state, despite the state, against the state: Social movements as ‘critical urban planning’ agents*”. *City* 10(3), pp. 327-42.
- (2008): *Fobópolis: O medo generalizado e a militarização da questão urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- (2009): “Social movements in the face of criminal power: The socio-political fragmentation of space and ‘micro-level warlords’ as challenges for emancipative urban struggles”. *City* 13(1), pp. 26-52.
- SVAMPA, M. e Pereyra, S. (2004 [2003]): *Entre la ruta y el barrio: La experiencia de las organizaciones piqueteras*. Buenos Aires: Biblos, 2.^a edição.
- ZIBECHI, Raúl (2003): *Genealogía de la revuelta. Argentina: La sociedad en movimiento*. Buenos Aires e Montevideo: Letra Libre e Nordan Comunidad.
- (2007) *Autonomías y emancipaciones: América Latina en movimiento*. Lima: Universidad Nacional Mayor de San Marcos.
- (2008) *Territorios en resistencia: Cartografía política de las periferias urbanas latinoamericanas*. Buenos Aires: Lavaca.